

NÔ PINTCHA

ORGAO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E CULTURA *

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 3713/3726/3728

BISSAU

Cimeira da CEDEAO em Dakar

Resolução final da ANP

Conforme prometemos na edição de sábado, apresentamos hoje, os 37 pontos da resolução final da segunda Sessão da segunda Legislatura da ANP, cujos trabalhos encerraram na sexta-feira passada, e extractos do discurso então proferido pelo Presidente Luiz Cabral, na qualidade de Secretário-Geral Adjunto do PAIGC. Os leitores poderão encontrar esta matéria nas páginas Centrais.

Além de duro castigo para os ladrões de gado e de bens do Estado, foi recomendada a revisão da lei sobre as queimadas, a forma de concessão de terras e castigo para crimes por acusação de feitiço. Neste último caso, a ANP assentou bases para punição dos indivíduos que acusem outros, podendo ser presos ou condenados a pena capital, por fuzilamento, caso a pessoa acusada de feitiço seja gravemente ferida por espancamento ou linçada.

Em relação à lei sobre a concessão de terreno urbano e rústico, a ANP define que o Estado deve evitar latifúndio e para isso a área de concessão de terreno para construção de casas, pode variar de 600 a 800 metros quadrados e o terreno de lavoura deve ser fixado num mínimo de 10 hectares e máximo de 20. Será permitida a transmissão por herança do terreno legalmente concedido.

Para completar os documentos e fotografias que têm sido publicadas, o «Nô Pintcha» apresenta hoje um suplemento especial com o discurso proferido pelo camarada Presidente Luiz Cabral na abertura dos trabalhos da Assembleia Nacional Popular.



14 Chefes de Estado discutem integração da África Ocidental

DAKAR, 29 (Do nosso enviado especial) — Num clima de profundo pesar pela morte do Primeiro Ministro da Mauritânia, Ould Bousseif e sob presidência do Chefe de Estado senegalês foi inaugurada, ontem à tarde em Dakar, prevendo-se que termine amanhã, a terceira cimeira da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

A consolidação das taxas aduaneiras, o protocolo sobre a livre circulação de pessoas e bens e a situação das telecomunicações nos países membros são os principais pontos da agenda de trabalhos.

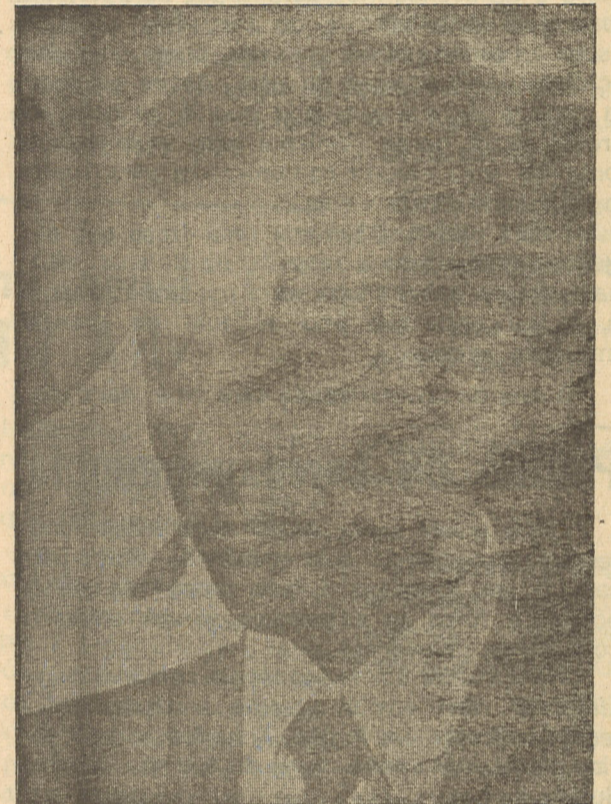
Esta Cimeira dos chefes de Estado e de Governo da CEDEAO deve marcar o arranque definitivo da Organização que decorre desde ontem à tarde no Centro Internacional de Trocas situado a 16 quilómetros de Dakar, na presença de 14 chefes de Estado, do Primeiro Ministro da República da Guiné e do Ministro das Finanças, Omlay Hamed, da Mauritânia.

A República da Guiné-Bissau está representada nesta cimeira pelo camarada Presidente Luiz Cabral que seguiu na manhã de ontem acompanhado de uma delegação da qual se integram os camaradas Vasco Cabral, Carlos Correia e Mário de Andrade, respectivamente Comissários de Estado da Coordenação Económica e Plano, das Finanças e da Informação e Cultura bem

como Aboubacar Touré director-geral do Departamento das Relações Económicas Internacionais e Cândido Monteiro, nosso embaixador no Senegal.

Estão presentes na cimeira 14 chefes de Estado dos países da CEDEAO. Luiz Cabral da Guiné-Bissau, Aristides Pereira de Cabo Verde, Mussa Traoré do Mali, Leopold Sedar

(Continua na pág. 8)



Ahmed Ould Bousseif cuja morte constitui um rude golpe para o novo regime da Mauritânia

1.º Ministro da Mauritânia morre a caminho de Dakar

O Primeiro-Ministro mauritaniano, tenente-coronel Ahmed Ould Bousseif, encontrou a morte no domingo num acidente de aviação ocorrido já no território senegalês, onde o falecido iria representar o seu Governo na Cimeira dos Chefes de Estado da CEDEAO, iniciado ontem em Dakar. O avião um «Buffalo» de fabrico canadiano, que despenhou nas águas senegalesas devido a uma tempestade de areia que impediu a sua aterragem, transportava também a bordo mais onze pessoas que também encontraram a morte no trágico acidente. Entre elas encontrava-se o capitão Iack Ndiaye, membro do Comité Militar de Salvação Nacional (CMSN), comandante da Força Aérea, N'Daw Wawi e Bá Ibrai-

ma, futuro embaixador da Mauritânia em Paris, actualmente conselheiro para os assuntos económicos junto da Presidência, além de dois funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros, dois jornalistas, um inspector da polícia e um ajudante de campo. Contrariamente às primeiras informações divulgadas por Nouackchott, o ministro da Economia e das Finanças Molaque Hamed não se encontrava a bordo do aparelho, pois decidiu no último minuto chegar a Dakar por via terrestre.

Ao mesmo tempo que o Governo mauritaniano decreta luto nacional de 40 dias e nomeia o coronel Ahmed Sawem Ould Sidi, ministro do Equipa-

(Continua na página 8)

Vento flagela Cabo Verde

Um vento muito forte abateu-se no sábado passado sobre a República irmã de Cabo Verde danificando centenas de casas e arrancando árvores.

Segundo um balanço provisório, grandes estragos foram registados na ilha de Santiago onde muitas famílias ficaram sem abrigo. Na Ilha do Fogo, o vento destruiu as instalações de comunicações e de distribuição de água.

O Governo caboverdiano organizou socorros e já tomou medidas para ajudar as vítimas.

Victor Saúde participou na Cimeira franco-africana

Após ter representado a República da Guiné-Bissau, como observador, na sexta-cimeira franco-africana que se realizou de 21 a 22 do corrente na capital rwandesa, regressou no sábado passado a Bissau o camarada Victor Saúde Maria, membro do CEL do Partido e Comissário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

Fazendo um pequeno resumo do que foi esta cimeira, disse o chefe da diplomacia guineense:

«Foi uma reunião de troca de impressões en-

tre a França e os países membros mas, foi importante porque tratámos de problemas de cooperação económica e a França decidiu dar uma ajuda apreciável através do Banco Africano de Desenvolvimento e o Fundo Africano de Desenvolvimento.

Também se abordou a situação económica internacional. Falou-se de ajuda aos países do Sahel afectados pela seca e a maneira de sensibilizar outros países europeus a solidarizarem-se com estes Estados.

Hoje suplemento especial

MENSAGEM DE LUIZ CABRAL SOBRE O ESTADO DA NAÇÃO

Ano de Solidariedade com Bolama

Ao darmos mais um arranque para o cumprimento das determinações do Conselho Económico realizado em Junho do ano findo, nada mais procuramos fazer do que incentivar esforços para que o rosto alegre, que já se nota nesta querida Bolama, se confirme, e que essa alegria seja uma alegria permanente e cada vez maior.

Assim, a partir de agora, todo o povo, por intermédio das antenas da RDN terá em suas casas, semanalmente, informações elucidativas sobre tudo o que diga respeito ao Ano de Solidariedade que em boa hora foi proclamado, graças aos esforços da Presidente do Comité de Estado da região de Bolama/Bijagós, e que já deu origem à escolha desta terra para a realização da reunião do Conselho Económico.

Chegou a ocasião própria de todos tomarmos em mãos as deliberações e procurarmos, no mais curto espaço de tempo, concretizá-las. A hora é de avançarmos com todas as energias, para que esta parcela do território nacional suba ao lugar que lhe compete, como uma das cidades mais antigas do país. Assim teremos a certeza de que a alegria que já se nota no rosto desta nossa Bolama será, num futuro próximo, uma alegria comunicativa para todos os que com ela convivem.

Será oportuno lembrar uma frase que alguém um dia disse a respeito de Bolama: «Bolama não é apenas uma terra por onde passou a capital, mas sim uma relíquia de grande interesse nacional».

O Ano de Solidariedade será uma realidade.

Pedido de correspondência

Uma jovem sueca de 17 anos deseja manter correspondência com jovens da Guiné-Bissau. O seu interesse é fazer trocas de selos, postais e fotos de animais, e ganhar amizade com jovens guineenses.

Para manter correspondência com ela, o interessado deve enviar o nome, a idade, endereço e escrever em inglês. Também podem enviar postais os interessados da Gâmbia, Mali e Guiné.

A Direcção é a seguinte: Ann-Charlotte Nilsson, Donnersgatan 52, S-62020 Klinte Hamn, Gotland, SWEDEN.

Delegação da CESAO trabalha com o Departamento Nacional de Alfabetização

A convite do departamento de Alfabetização, esteve em Bissau uma delegação do Centro de Estudos Económicos e Sociais da África Ocidental (CESAO), com sede em Bobo-Dioulasso, Alto Volta.

Durante a sua estadia na Guiné-Bissau, a delegação que é composta por dois formadores, Léonie Quenum e Bakuramutsa Manzi, teve dois encontros com os responsáveis do departamento nacional de alfabetização. Na altura, as duas delegações expuseram a situação, as dificuldades e os métodos utilizados, visitaram alguns centros de cultura nos locais de trabalho e, no interior, visitaram o centro de experimentação da cultura do arroz em Bafatá.

Contactados pela nossa reportagem, os dois formadores salientaram que se interessaram muito pelo trabalho que está a ser realizado em Bissau e, depois de termos apreciado os círculos de cultura, estamos interessados em dar toda a nossa colaboração, porque os alfabetizandos, além de aprenderem a ler e a escrever, podem desenvol-

ver-se nos aspectos culturais, sociais, políticos e económicos. Depois desses cursos, as pessoas saem com uma certa consciência dos problemas que vivem no dia a dia.

Este é o primeiro contacto entre o Departamento de Alfabetização da Guiné-Bissau e a Cesao. Acordos poderão vir a ser feitos ao longo de outros contactos. Entretanto, o camarada Mário Gomes, do departamento de formação de adultos, foi convidado a assistir, como observador, a um encontro entre camponeses e formadores da CESAO, que terá lugar brevemente em Dakar, a fim de poder inteirar-se, na prática, do trabalho desenvolvido por este organismo.

O QUE É A CESAO?

O Centro de Estudos Económicos e Sociais da África Ocidental actua em quase todos os países francófonos da região. Tem o objectivo de formar os adultos para que sejam capazes de tomar as suas responsabilidades nos meios rurais, isto porque o centro

se dirige aos estagiários que trabalham para a promoção do seu meio. O ensino não é feito a partir de professores ou escolas, porque não existem.

Este centro organiza, ou é convidado a organizar, encontros entre camponeses, responsáveis de camponeses e agentes de desenvolvimento rural de diversos países. Nesses encontros, analisa-se a situação desses produtores e fazem-se trocas de experiências. Como diziam os dois formadores, «não somos nós que damos as soluções dos seus problemas, são os camponeses que têm que encontrar, eles próprios uma solução correcta. A esses encontros são enviados vários formadores».

O CESAO dá formação e aperfeiçoamento aos

adultos sob norma de ciclos e sessões, e também dá formação permanente. «O nosso objectivo é de facto que os camponeses trabalhem no regime de auto-promoção» — disseram ainda.

Além de promover a formação de camponeses, o CESAO faz recolha dos trabalhos ligados ao desenvolvimento económico e social, publica revistas e boletins, e tem uma biblioteca sobre os problemas relacionados com o desenvolvimento. Trabalham no centro, economistas, jornalistas, sociólogos, pedagogos, todas as pessoas capazes de ajudar os camponeses de vários países da nossa sub-região a solucionar os seus problemas, na procura de melhores condições de vida.

Actimesa

Fornece equipamento

A Actimesa (empresa mista guineense-portuguesa) vai fornecer equipamento para o sector de enchidos da Socomi. A informação foi-nos dada pelo director-geral daquela empresa, camarada Lo-

bo de Pina, no regresso de Lisboa, onde participou na reunião do conselho administrativo da Actimesa. Segundo Lobo de Pina, a vinda do material está prevista para o mês de Junho próximo.

Responde o povo

Crianças não-desejadas: a responsabilidade será só dos pais? (1)

Como resolver o grave problema das crianças abandonadas? — foi a questão levantada desta vez no nosso inquérito. Aproveitando uma passagem do discurso do camarada Presidente sobre o assunto, procurámos recolher a opinião das pessoas sobre certos pais que, embora desfrutando de uma condição de vida razoável, se negam às suas responsabilidades perante um filho arranjado fora do matrimónio. O caso é ainda extensivo a certos jovens que, sem a mínima noção de responsabilidade, põem no mundo filhos que depois não têm possibilidades de manter. Mas até que ponto a nossa sociedade não será, em parte, responsável por essa situação, ao criar à volta dos progressos que a Ciência põe à disposição das pessoas, toda uma rede de tabus e preconceitos.

As opiniões divergem mas, no fundo, as pessoas são unânimes em condenar a atitude desses pais, que consideram irresponsáveis. Que o Estado deve tomar medidas para superar a situação é o que a maioria pensa. Mas, afirmam outras, é preciso saber interpretar as decisões do Estado, a fim de evitar fugas ao cumprimento das mesmas por parte de uns e de outros. E, ainda, que os abonos que os pais dão aos filhos devem servir exclusivamente para o bem-estar destes últimos, e não ser desviados para outros fins.

HÁ QUE REMEDIAR MAS TAMBÉM QUE PREVENIR

Assim, para Gregório Monteiro (Galona), de 24

anos de idade, trabalhador da Educação, trata-se de uma atitude cobarde e irresponsável e ao mesmo tempo inconsciente, porque os pais não pesam as

consequências, tanto materiais como psíquicas, que essas crianças possam vir a sofrer. Mas há também outro problema, que faz com que esses pais não tenham cem por cento das culpas: é que os meios anti-concepcionais não estão à disposição de todos, apesar do seu uso, assim como o aborto (controlado e assistido pelo médico) estarem legalizados no país. Muitas pessoas não estão bem informadas sobre o seu uso, e é frequente ouvir-se dizer que faz mal ao organismo. Mas isso não impede de condenar a falta de atenção de certos pais em relação aos filhos, embora muitas vezes as condições económicas não ajudem. Estou inteiramente de acordo com as palavras do camarada Presidente a propósito da criação de uma instituição para essas crianças, obrigando os pais a suportar as despesas, mas

apelo às autoridades competentes para levarem a cabo uma campanha de esclarecimento sobre o uso de contraceptivos.

A camarada Antónia Joana Delgado, de 45 anos, doméstica, acha que qualquer pai deve ser responsável pelo filho, quer tenda nascido dentro ou fora do matrimónio. Quanto à possibilidade de evitar filhos, considera que «quando duas pessoas se juntam devem estar preparadas para ter filhos. Evitar filhos é uma coisa que eu não faria em nenhuma circunstância», afirma ela, para acrescentar que, além disso, o aborto é um risco.

Mamadú Iaiá Baldé, de 33 anos de idade, motorista, pensa que em situações do género, «os pais devem dividir o rendimento entre os filhos e a única forma de evitar filhos é deixar de ter relações, porque um traba-

lho sem rendimento é um trabalho inútil».

«Sou favorável às medidas de protecção às crianças abandonadas», afirma, por seu lado, a camarada Maria Gomes, de 31 anos de idade, doméstica. Segundo ela muitos filhos são abandonados pelos pais devido ao comportamento das próprias mães, que deixa dúvidas quanto à sua paternidade. Mas, desde que esta seja comprovada, os pais devem ser responsabilizados pelos filhos, pois estes nunca vêm ao mundo por acaso. Maria Gomes chama ainda a atenção para certos casos em que os pais entram com uma boa quantia em dinheiro para o sustento dos filhos, mas aquele é desviado para outros fins pelas mães. Acho que esse dinheiro deve ser usado exclusivamente em proveito dos filhos, e não desviado para outros fins. Penso

que as leis devem ser interpretadas, porque lá que o Estado se preocupa em proteger essas crianças, não quer dizer que as nossas mulheres comecem a arranjar filhos à toa.

«Quanto ao problema de evitar filhos, acho que deve haver um controlo pois que, de uma maneira geral, nem todos os anti-conceptivos são bons à saúde e o aborto, embora legalizado, não deve ser feito do pé para a mão, porque são conhecidos os riscos que acarreta, e todos têm consciência das nossas deficiências alimentares. Portanto, neste momento, impõe-se a necessidade de uma campanha de informação sobre o uso de contraceptivos e a prática do aborto, sobretudo na camada mais jovem, para evitar certas práticas incorrectas que muitas vezes são agravadas pela falta de quadros de saúde».

Concelho de Santa Catarina tem agora sete freguesias

A necessidade de proceder à descentralização dos serviços administrativos de Santa Catarina levou o Conselho Deliberativo a decidir, na sua reunião de 30 de Abril, a divisão do concelho em sete freguesias: Assomada, sede na Assomada, Achada Falcão (Cruz Grande), Achada Lem (Volta do Monte), Ribeira da Barca (Ribeira da Barca), Picos (Achada Igre-

ja), Engenho (Telhal) e Chã de Tanque (Chã de Tanque).

De salientar que essa nova divisão administrativa do conselho coincide com a actual divisão política do sector, correspondendo a cada freguesia agora criada uma secção do Partido.

Em cada uma dessas freguesias será criada uma agência administra-

tiva, assegurando os trabalhos dessa agência um agente administrativo a ser nomeado para cada freguesia.

Algumas freguesias serão dotadas de infraestruturas, tais como postos de registo civil e de polícia. Nas freguesias mais importantes, serão ainda criadas praças públicas, matadouros e talhos municipais.

Na freguesia de Chã de Tanque, será construído um cemitério em Achada Grande, localidade bastante próxima de Rincão.

Os agentes administrativos a serem nomeados para as freguesias terão por tarefas a cobrança de impostos e taxas, e ainda de coordenar as actividades das Comissões de Moradores, cuja criação se prevê para breve.

Departamentos de Cooperação analisam experiência comum

O impacto da cooperação internacional na Reconstrução Nacional foi analisado durante a 1ª reunião entre as direcções gerais da Cooperação Internacional da Guiné-Bissau e Cabo Verde, realizada recentemente na cidade da Praia, em cumprimento das directivas emanadas da II Conferência Intergovernamental.

Na sua alocução na sessão de abertura, o camarada José Brito, Secretário de Estado da Cooperação e Planeamento, frisou a importância desse encontro como mais um passo no sentido da materialização da Unidade Guiné-Cabo Verde. Salientou ainda que a troca de experiências no importante sector da Cooperação internacional deverá contribuir particularmente para uma melhor coordenação da política e das estratégias de cooperação nos dois países, e para o conveniente aproveitamento dos recursos provenientes do exterior.

Tendo em conta o carácter pioneiro deste encontro, as duas delegações acordaram numa agenda de trabalhos susceptível de propiciar uma vasta troca de experiências e fornecer um quadro geral das matérias, a aprofundar em encontros posteriores.

Assim, procedeu-se a uma vasta análise das experiências de cooperação desenvolvidas pelos dois países desde a independência, seja no seu aspecto global seja a nível das relações existentes.

As duas delegações registaram com satisfação o impacto positivo que a Cooperação Internacional tem tido na Reconstrução Nacional dos dois países, o que passa necessariamente pela utilização

correcta dos recursos oriundos do exterior, e reconheceram ainda a necessidade de continuar a recorrer à Cooperação Internacional na fase da Reconstrução Nacional, como complemento da dinâmica interna de desenvolvimento, declara o documento final da reunião, distribuído à imprensa.

Com vista a um melhor aproveitamento das possibilidades que oferece a cooperação internacional decidiu-se, entre outros pontos, promover a elaboração de estudos sobre as relações de cooperação e o seu impacto no processo de desenvolvimento sócio-económico dos dois países e reforçar o controlo e a canalização da cooperação internacional, segundo os planos e prioridades definidos.

AJUDA CONSEQUENTE E CONTINUADA NO DOMÍNIO ALIMENTAR

No que diz respeito à ajuda alimentar proveniente da Cooperação Internacional, as duas delegações examinaram atentamente a situação nutricional dos dois povos, tendo a delegação caboverdeana insistido particularmente na necessidade de uma ajuda consequente e continuada em virtude dos graves efeitos da seca que o país vem conhecendo. A este respeito, convieram na necessidade imperiosa de transformar a ajuda alimentar num factor de desenvolvimento, no sentido da auto-suficiência alimentar.

Quanto à segurança alimentar, foi frisada a premissa da questão e passadas em revista as medidas tomadas nesse cam-

po pelos dois Governos, com especial relevância para a criação do Gabinete Alimentar, na Guiné-Bissau, e da Comissão de Nutrição, em Cabo Verde.

O problema da falta de quadros nacionais em número suficiente nesta fase de desenvolvimento mereceu a atenção das duas delegações. Neste contexto sublinharam a importância atribuída à formação intensiva de quadros a todos os níveis, em conformidade com as exigências do desenvolvimento a nível nacional e dos dois países.

Tendo em vista a melhoria global do processo, as duas delegações recomendaram, entre outros pontos, a promoção de intercâmbio de técnicos em serviço nos dois países.

COOPERAÇÃO REGIONAL E TRIANGULAR

A importância do desenvolvimento da cooperação no âmbito regional Guiné-Bissau/Cabo Verde e da cooperação triangular, como sector privilegiado de promoção da integração socio-económica dos dois países, e como fonte de recursos complementares, foi particularmente acentuada durante a reunião. Nesse sentido, foi sublinhada a conveniência do estabelecimento de projectos comuns nos quadros regional e triangular.

Foram igualmente examinados os resultados até à presente data, assim como as possibilidades que se oferecem no futuro. Foram anunciadas projectos nos domínios do comércio, ensino, planificação económica, forma-

ção no sector marítimo, produção de medicamentos, pecuária e materiais de construção, susceptíveis de responder aos critérios de regionalização.

As duas delegações salientaram a necessidade de um trabalho sistemático de identificação e preparação de projectos comuns, e decidiram recomendar os departamentos estatais, particularmente aos departamentos do Plano, o exame das questões.

LIGAÇÃO PERMANENTE

Havendo absoluta necessidade da criação de um sistema permanente de colaboração entre os dois departamentos estatais, de forma a assegurar a realização prática das decisões tomadas nas Conferências Intergovernamentais e nos encontros departamentais, as duas partes acordaram em designar um elemento permanente em cada um dos departamentos.

Foram analisadas as implicações no quadro da Unidade da participação da Guiné-Bissau e de Cabo Verde na CEDEAO, e os mecanismos de concertação. Propostas concretas serão submetidas à apreciação das respectivas Comissões Nacionais.

Durante a sua estadia em Cabo Verde, a delegação da República da Guiné-Bissau, chefiada pelo camarada Inácio Semedo, Director-Geral da Cooperação Internacional, foi recebida em audiência pelo Primeiro Ministro e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, e visitou alguns pontos de interesse nas ilhas de Santiago e do Fogo.



AMILCAR CABRAL

AS LIÇÕES DE PINDJIGUITI

OS PATRIOTAS DE BISSAU E OUTRAS PRAÇAS DEVEM ORGANIZAR-SE CADA DIA MELHOR E AGIR COM INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA.

Camaradas e compatriotas,

Faz amanhã doze anos, o nosso povo africano era vítima dum dos crimes mais abomináveis praticados pelos colonialistas portugueses na nossa terra: o massacre de Pindjiguiti.

A população africana de Bissau, inteiramente identificada com os estivadores e marinheiros em greve, não podia reter a sua indignação e horror diante do crime friamente perpetrado pelo estrangeiro dominador: dezenas de cadáveres e mais de uma centena de feridos, entre os nossos irmãos trabalhadores; prisões, espancamentos, torturas e sevícias de toda espécie contra todo o elemento da população considerado suspeito. Uma onda de repressão colonial terrorista, da mais bárbara, invadiu os bairros nativos da capital, ameaçando afogar em sangue a maioria da população africana de Bissau. E isso só não aconteceu, porque os responsáveis do nosso Partido e dos trabalhadores, vigilantes, souberam a tempo controlar os elementos mais excitados pelo crime, acalmar a população que queria manifestar, em massa, a sua indignação, e não permitir, assim, que o povo africano de Bissau, sem armas, caísse na armadilha assassina dos colonialistas portugueses e dos seus miseráveis agentes. Evitámos o pior, mas o povo da nossa terra, em particular a população de Bissau e todos os africanos honestos e patriotas, jamais esquecerão o massacre de Pindjiguiti, o dia 3 de Agosto de 1959.

E porquê toda essa fúria de assassínios, esse massacre, essa tentativa de genocídio perpetrada pelos criminosos colonialistas portugueses contra a nossa gente? Terá sido só porque os estivadores e marinheiros se tinham posto em greve, para reclamarem um miserável aumento de salário? Mas em Fevereiro de 1956, os trabalhadores do porto e dos barcos tinham feito uma greve vitoriosa, a qual não dera lugar a qualquer reacção violenta da parte dos colonialistas. Porquê então o massacre de Pindjiguiti?

Mensagem do Secretário-Geral, camarada Amílcar Cabral, por ocasião do 3 de Agosto de 1971.

(Continua no próximo número)

Temos que ser revolucionários para avançar no progresso real da nossa terra

Num improviso perante a Assembleia Nacional Popular, com que encerrou a segunda sessão da segunda legislatura da ANP, na sexta-feira passada, o Presidente do Conselho de Estado, Luiz Cabral, felicitou os deputados pelos resultados ali conseguidos e desejou bom regresso às tabancas para que nesta época, de chuvas, a produção corra de melhor maneira.

«O nosso trabalho provou mais uma vez o nível de democracia nacional revolucionário que criámos no nosso país, segundo orientação do nosso Partido. Vimos analisada toda a acção do Governo, pelos deputados, criticando tudo aquilo que não parecia claro e estou convencido que o nosso Governo também vai sair mais forte desta Assembleia, mais seguro de directivas que deve seguir, para cumprir o desejo deste órgão supremo da soberania da nossa República e para dar passos cada dia mais seguros, na construção de um Estado forte e independente, na marcha segura para o

progresso» — acentuou o Chefe de Estado.

Luiz Cabral reafirmou a posição do nosso Partido e Governo na garantia absoluta de segurança dos cidadãos, «profundamente dominados pelo nosso desejo de servir os interesses do nosso povo, tanto na Guiné como em Cabo Verde» e sublinhou, nomeadamente, que a segurança e a liberdade têm de ser garantidas aos filhos da nossa terra, de modo a propiciar-lhes um clima de trabalho e de respeito mútuo para com o companheiro, de disciplina, de ordem e vontade de seguir as directivas do nosso Partido e Governo.

Ao referir-se sobre as leis formalizadas na Assembleia sobre os elementos contrários à segurança das populações e dos crimes contra a economia do Estado o Presidente do Conselho de Estado disse que «temos a coragem, tal como ontem durante a luta armada de libertação nacional, de excluir de fora do nosso povo, todos os elementos que são contra o avanço do nosso país, no caminho definido

pelo nosso Partido».

«Pouco a pouco, a nossa Assembleia vai podendo analisar a nossa maneira de viver nas tabancas e em todas as manifestações culturais, religiosas e sociais, e cada vez ela tem que ter a coragem de pôr o dedo nas feridas das coisas que não estão correctas no nosso país. Porque sabemos que temos que ser revolucionários, homens que têm que avançar para o progresso real da nossa terra, para abrir novos caminhos às nossas crianças...»

«Portanto, camaradas, cada dia se exige mais responsabilidade para os nossos deputados, para os nossos conselheiros regionais, para os nossos órgãos locais de administração e para o nosso Governo. Estamos absolutamente seguros que, na dinâmica do progresso do nosso povo, o nosso grande Partido — PAIGC — estará sempre na vanguarda e indicar-nos-á, cada dia, o caminho que temos a seguir».

O nível da discussão e de apresentação de pro-

blemas, por deputados, que, em relação às reuniões anteriores, ultrapassou as questões restritas de cada tabanca, sector ou região, foi realçado também pelo camarada Luiz Cabral. Essa compreensão de problemas a nível nacional, segundo o chefe de Estado, será cada vez mais acentuada para permitir à Assembleia a definição das orientações gerais.

Ao saudar os delegados da ANP de Cabo Verde presentes nessa reunião em Bissau, referiu-se aos programas de actividade a apresentar no próximo ano pelo Conselho da Unidade (criado na primeira reunião da II Legislatura), o qual, será capaz de aproximar cada vez mais as nossas duas Assembleias da Guiné-Bissau e de Cabo Verde: «Que os nossos órgãos legislativos iniciem efectivamente a abertura de caminhos para a aproximação dos nossos dois países no objectivo grandioso da construção da Unidade Guiné e Cabo Verde» — concluiu o camarada Presidente.

Resolução Geral

A Segunda Sessão Ordinária da II Legislatura da Assembleia Nacional Popular, reunida de 7 a 25 de Maio de 1979, no salão do III Congresso, aprovou as seguintes decisões, tendo em consideração, entre vários aspectos, os relatórios apresentados pelos membros do Governo, a necessidade de equilíbrio do Orçamento, assim como vários problemas que influem no trabalho das populações e na segurança das suas vidas:

QUESTÕES APROVADAS:

1. Considerar o ano 1979 o ano de austeridade.
2. Aprovar os Orçamentos de Funcionamento e de Investimento para o ano de 1979.
3. Aprovar os diplomas adoptados pelo Conselho de Estado e pelo Conselho dos Comissários de Estado publicados após a última Sessão Ordinária da Assembleia Nacional Popular.
4. Aprovar as bases gerais das Leis sobre o Furto e Roubo de Gado e Arroz na Bolanha, dos Crimes Contra a Economia Nacional e da Feitiçaria.
5. Aprovar o aumento do imposto mínimo de

Reconstrução Nacional de 400 PG para 600 PG.

6. Aprovar a transferência para a próxima reunião da Assembleia a revisão da Comissão da Assembleia Nacional Popular para o Conselho da Unidade.

7. Aprovar a proposta de se manter a mesma Mesa de Presidência da A.N.P. até à próxima Legislatura, tendo o camarada José Pereira sido escolhido para o lugar vago de 2.º Secretário, deixado pelo deputado Armando Aladje Sanhá, falecido.

QUESTÕES PROPOSTAS:

1. Revisão da Constituição Política da Repú-

blica da Guiné-Bissau: Criação de uma Comissão para o seu estudo.

2. Concessão e ocupação de terrenos. — Formas da sua ocupação, extensão, taxas a pagar, regulamentando a Lei n.º 4/75 (que declara a terra como património do Estado): Criação de uma comissão para o seu estudo.

3. Mudança de nomes de regiões e sectores: — Região de Bissau para Região de Biombo; Região de Buba para Região de Quinará; Sector de Bedanda para Sector de Cubucaré; Cacine para Quitáfine e Quebo para Foreá.

4. Estudo, pelo Governo, dos sectores periféricos, com o fim de tomar medidas que permitam o fomento e desenvolvimento desses sectores. Encarregar o Conselho de Estado do estudo dessa matéria.

5. Fixação, em 3, o número de cabeças de gado a abater em cada cerimónia de choro. Por cada cabeça abatida a mais, até o limite máximo de 10, pagar-se-á mil pesos por

cada cabeça, independentemente da respectiva licença.

6. Revisão da Lei das Queimadas para regulamentação da responsabilidade nas hipóteses de fogo que surja entre duas tabancas limítrofes.

7. Crédito agrícola. — Recomendação ao Governo para, no mais curto espaço de tempo, conjuntamente com os Comissários de Estado competentes, estudar a modalidade da sua concessão.

8. Recomendar a criação de um Secretariado da Assembleia eficaz para que a ANP possa acompanhar, durante o ano, o trabalho desse órgão de soberania.

9. Criação, pela Secretaria de Estado das Pescas, de um imposto sobre os rendimentos dos pescadores individuais, nacionais ou estrangeiros, nas águas territoriais.

10. Recenseamento dos Combatentes da Libertação da Pátria criação de

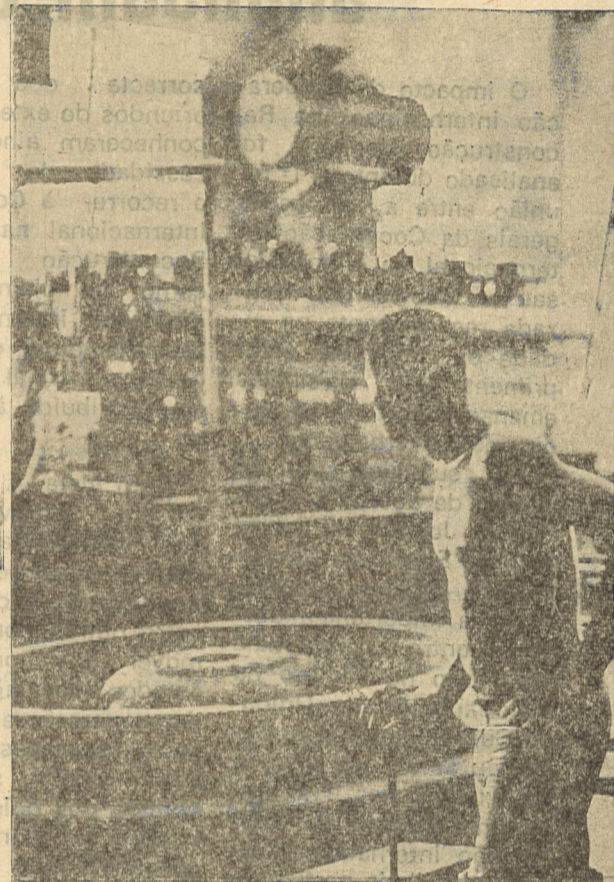
(Continua na pág. 8)

Aspirações

Reunidos em Abidjan entre 12 e 18 de Maio, ministros de Finanças e governadores dos bancos centrais dos 48 países africanos membros tomaram uma decisão fundamental para o futuro do BAD, das instituições mais importantes de financiamento do desenvolvimento africano: abrir o capital dos votos no conselho de administração a países «regionais», ou seja, dominamente; às grandes potências ocidentais.

Há 16 anos, os «países fundadores» da instituição representando os doze países membros na época de fundação, comprometeram-se a restringir por esta a participação no capital aos países africanos. A decisão tomada constitui portanto, conforme declarou o presidente do grupo BAD, Sr. Forword, na abertura da reunião, uma «decisão vital».

Entre manter o carácter africano da instituição e assegurar o recurso aos capitais das potências ocidentais preferiu-se a segunda opção, atenuando-a simultaneamente com medidas destinadas a assegurar o poder de decisão maioritário dos países africanos.



O primeiro projecto de financiamento do BAD (na foto) o alargamento da rede ao sub-

O grupo BAD é constituído pelo próprio Banco Africano de Desenvolvimento, alimentado por fundos regionais, pelo FAD (Fundo Africano de Desenvolvimento) alimentado por fundos de países não-regionais, e do NTF (Nigerian Trust Fund) alimentado pela Nigéria. Trata-se do principal instrumento especificamente africano de financiamento público, de que a região dispõe para lançar os seus projectos de desenvolvimento.

A importância que a instituição tomou nos últimos anos aparece no seu volume de empréstimos

Ano	Número de empréstimos concedidos	Montante (milhões US\$)
1967	1	2,3
1968	2	3,0
1969	5	7,9
1970	7	11,1
1971	12	24,7
1972	17	27,4

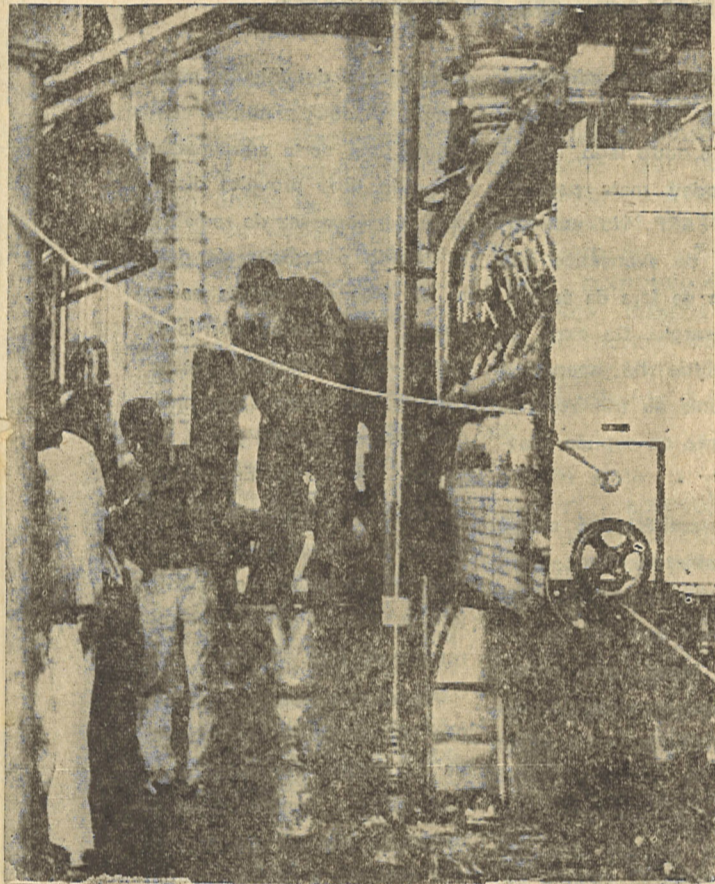
e independência e realidades económicas

1973	13	43,1
1974	42	135,3
1975	51	196,6
1976	44	179,4
1977	60	325,6
1978	70	423,5

Fonte: Anual Report, ADB, 1978

Assim, o grupo fornece actualmente créditos de cerca de meio bilhão de dólares por ano, em condições particularmente favoráveis, e destinados a projectos de desenvolvimento da região. O montante acumulado de engajamentos atingia 958 milhões de dólares em 1977, e 1.380 milhões de dólares em 1978, o que representa um aumento de 44% num ano.

O facto do grupo ser controlado até agora exclusivamente por representantes regionais teve certamente um impacto importante sobre a orientação do crédito atribuído. Em particular, menos vinculado com os países exportadores de tecnologia avançada e de



Guiné-Bissau foi a remodelação da central eléctrica participando o BAD com uma certa percentagem dos concedidos

produtos industrializados, o Banco pode financiar infraestruturas económicas, que tem efeitos estruturais determinantes para o futuro desenvolvimento da África, mas trazem poucos efeitos imediatos em termos de lucro.

A orientação sectorial do grupo pode ser constatada no quadro seguinte:

Actividades operacionais do Grupo do Banco por sector (milhares de dólares).

	Porcentagem	Número de empréstimos	Total 67/78 mil dólares
Agricultura	21,8	71	301 006
Transportes	27,7	88	383 016
S. Públicos	30,0	99	414 123
Bancos e			
Indústria	12,2	48	168 576
Sector Social	8,2	22	113 660
TOTAL	100,0	328	1 380 381

Assim, o desenvolvimento do sector agrícola, onde se concentra a maior parte da população, e o desenvolvimento das infraestruturas de transportes e de serviços públicos, cujas deficiências travam o próprio desenvolvimento industrial, foram particularmente favorecidos na política de atribuição de créditos.

Com projectos em todos os seus 48 países membros, salvo Líbia e Djibouti, o BAD tornou-se assim rapidamente numa instituição de peso na orientação do desenvolvimento económico da África.

Não espanta portanto que a instituição tenha sido alvo de uma firme investida por parte dos países exportadores de capital, ora materializada na abertura do seu capital aos «não-regionais».

Na participação não-regionais, nota-se em particular:

EUA	17,2 %
Japão	14,2 %
Alemanha	10,9 %
Canadá	9,7 %
França	9,4 %
Grã-Bretanha	6,4 %
Suécia	4,0 %
Suíça	3,8 %

O aspecto positivo da abertura do capital ora considerada é evidentemente o aporte de 2 100 milhões de dólares por parte dos países não-regionais. Como o grupo compromete-se a manter os 2/3 do capital em mãos dos países africanos, o capital do grupo aumentará para atingir 6 300 milhões de dólares, o que multiplicaria praticamente por quatro os seus recursos.

Outro elemento chave, é o facto dos países não-regionais que agora tomam participação no capital do BAD comprometerem-se a manter as suas contribuições ao FAD ao nível de pelo menos dois terços das subscrições ao BAD. Isto significa que haverá um aumento importante dos empréstimos para projectos de desenvolvimento pagáveis em 50 anos e praticamente sem juros.

Frente a expansão dos investimentos financiados pelo grupo, é difícil ver outro caminho.

«Não temos outra alternativa, comenta um dos administradores do grupo, pois os estados africanos estão na sua quase totalidade incapazes de mobilizar recursos suficientes».

Se o presidente do grupo, D. Fordwor, conclui que «a abertura do capital do Banco aos Estados não regionais é um excelente meio de resolver o problema», outros administradores colocam a questão mais importante, que é de saber se a abertura «compensa os riscos políticos evidentes de tal aventura».

Em particular, os Estados não-regionais pedem uma representação de peso no conselho de administração do BAD: segundo o representante dos Estados não-regionais, «deve haver uma relação bem determinada entre as contribuições no capital e a participação no Conselho. Se os Estados não-regionais trazem contribuições que se elevam a um terço do capital do BAD, seria lógico que tenham um terço dos assentos no Conselho». Assim, os países não-regionais pedem que seja constituído um conselho de 18 membros, dos quais 6 seriam nomeados por eles.

Isto posto, os Estados não-regionais «aceitam que a sua admissão no Banco não deve de maneira

alguma prejudicar a manutenção do carácter africano do Banco».

Outra preocupação que aflora, é a da própria máquina do BAD. De 45 funcionários em 1966 o BAD passou a uma máquina de mais de 500 funcionários dos quais cerca de 300 funcionários internacionais. Os gastos internos de funcionamento orçam assim em 15 milhões de dólares por ano. O grupo, ao satisfazer as suas aspirações de construir uma grande máquina de financiamento de projectos de desenvolvimento, é forçado a buscar os meios apropriados, os técnicos, o financiamento. E estes devem ser buscados, a partir de certa escala, onde existem: na área internacional.

Assim, ao mesmo tempo que o presidente do grupo se felicita de que «os fundos regionais tenham um papel de catalizador que atrai capital não-regional» outros lamentam que com a abertura o grupo se orientará para uma política não-regional.

Estas preocupações levaram o Banco a apresentar uma série de medidas destinadas a contrabalançar a abertura e a participação de 1/3 no Conselho por um reforço de controlos: assim, a direcção do Banco será sempre assegurada por membros regionais e o Presidente do Banco, que deve beneficiar do apoio maioritário dos seus membros, será sempre um cidadão de um Estado regional. O banco limitará as suas operações de empréstimos ao continente africano, e a sua sede será sempre em África. Nas reuniões do conselho de governadores o quorum será constituído pela participação dos membros que controlam pelo menos 66 2/3 do número total de votos. A política de recrutamento será sempre formulada de maneira a preservar o carácter regional da organização. A participação não-regional, não levará de maneira alguma a uma modificação da política estabelecida pelo Banco, segundo a qual apenas critérios económicos servirão a formular as políticas em matéria de empréstimos destinados a projectos.

Estas são medidas e princípios com os quais os Estados não-regionais concordam, conquanto sempre assegure participação no capital e um terço dos votos no conselho. São seguramente úteis, mas serão suficientes?

Entre as aspirações para a independência e as realidades económicas, os governadores em Abidjan acabaram por optar pelas segundas, esperando que o mecanismo dos votos, que lhes reserva os 2/3 no Conselho, preserve as orientações originais.

Para boa parte de observadores e participantes o facto de disporem de 1/3 dos votos no conselho e de poderem jogar com as divisões entre Estados regionais, assegura aos Estados não-regionais uma capacidade de intervenção indiscutível na política dos investimentos do grupo.

É esta a conclusão de M'Hamed Hadj Yala, ministro das Finanças e governador representante da Argélia: «serão outros e não Africanos que poderão orientar as políticas do desenvolvimento dos nossos países, influndo de maneira determinante na escolha dos nossos investimentos».

O representante Argelino, que fez a única crítica coerente da iniciativa, pôs ainda em dúvida a necessidade deste aumento do capital, considerando as capacidades de absorção limitada dos países africanos e as próprias dificuldades de gestão ao nível do BAD.

Situando correctamente a abertura do capital no plano político, Yala deplorou que uma tal instituição, emanação da organização de unidade Africana, perca o seu carácter original.

FAD financia projecto de produção animal

O Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) vai financiar à Guiné-Bissau um projecto de desenvolvimento de suinicultura e avicultura, num valor de 135 milhões de pesos, informou-nos o camarada

Avito da Silva, Secretário-Geral do Commissariado de Estado do Desenvolvimento Rural à sua chegada de Abidjan onde assinou com o Conselho de Administração da FAO

um documento oficial que concretiza essa ajuda.

Este empréstimo será reembolsado em 50 anos começando a contar a partir de 1989 e, terá uma taxa de juro de 0,75 por cento.

Segundo nos disse ainda, o camarada Avito da Silva «para nós este projecto é bastante importante porque vai permitir acabarmos com a grande carência de carne de porco e ovos no nosso país.»

A três jornadas do fim Título ainda em discussão

Concluída no passado fim-de-semana a 27.ª jornada do nacional de futebol, o Benfica comanda ainda a classificação mas já foi alcançado em pontos pelo Sporting (38). Com esta configuração, a três jornadas do fim, o título nacional continua em discussão e sê-lo-à, cremos nós, até a derradeira jornada. Balantas e FARP, com menos dois pontos dos «leaders» (36), também têm uma palavra a dizer.

Verificaram-se os seguintes resultados, nos jogos referentes a esta 27.ª jornada: Benfica, 2 — Balantas, 2; Ténis Clube, 1 — Ajuda Sport, 2; FARP, 1 — Bafatá, 0; Bolama, 0 Sporting, 4; Cantchungo, 3 — Buba, 2; Bissorã, 0 — UDIB, 1; e Bula, 6 — Gabú, 3. O Desportivo de Tombali somou dois pontos e três bolas, devido a falta de comparência da equipa de Farim.

Tabela classificativa

	J	V	E	D	GM	GS	P
BENFICA	27	16	6	5	66	28	38
Sporting	27	16	6	5	51	24	38
Balantas	27	15	6	6	53	22	36
FARP	27	16	4	7	48	30	36
Farim	27	13	5	9	35	38	31
Cantchungo	27	11	7	9	36	31	29
Bafatá	27	12	4	11	41	38	28
Bula	27	11	5	11	48	42	27
Gabú	27	10	6	11	41	53	26
UDIB	27	9	7	11	42	41	25
Tombali	27	10	4	13	35	40	24
Bolama	27	9	5	13	38	58	23
Ajuda Sport	27	8	6	13	30	45	22
Ténis Clube	27	8	3	16	23	54	19
Bissorã	27	6	5	16	25	58	17
Buba	27	6	3	18	42	68	15

Benfica, 2 - Balantas, 2 Resultado não beneficia ninguém

Tarde de sábado. Enquanto que de Bolama, chegava até nós a notícia da vitória do Sporting de Bissau sobre a Estrela Negra, por 4 bolas a zero, em jogo antecipado, disputava-se no «Lino Correia» em Bissau, uma partida decisiva entre o Benfica e «Os Balantas» de Mansoa. Quando Gregório Badupa, o juiz da partida, deu o apito final, no marcador registava-se um empate a duas bolas.

As duas partes do desafio caracterizaram-se, a primeira, pela predominância do Benfica, e a segunda, pela dos Balantas. Os autores dos golos deste justo empate foram: para o Benfica, Boy e para os Balantas, Sulai, na transformação de uma grande penalidade, e depois Jaime Graça, no seu jeito de furacão.

ARBITRAGEM — Gregório Badupa, auxiliado por Ramiro Morgado e Orlando Furtado.

BENFICA — Abel; Agostinho, Zé Mané, Zeca e Nuno; Djop (depois Nhama) e N'Pinté; Carlos Mané (depois Borá), Pita e Boy.

BALANTAS — Mussá, Coró, Bodjan, Jaime Delgado e Alvaro; Braimazinho (depois Filipe), Sulai e Toni Tavares (depois Luís Martins); Baldé, Toy e Jaime Graça.

Os encarnados inauguraram o marcador logo no primeiro minuto de jogo; um golo inesperado, obtido pelo ponta-esquerda, Boy que, oportunamente, aproveitou de uma acidental interposição de um defesa de Mansoa à saída do seu guarda-redes, e fez o esférico rolar para dentro da baliza.

Oito minutos depois, surge uma situação de virtual perigo para os encarnados. É Jaime Graça que, armado da sua extraordinária velocidade, escapou à guarda do de-

fesa benfiquista, Agostinho e, perseguido por este, acercou-se perigosamente da sua grande-área. Porém, Jaime encurrado pelos defesas Zeca e Zé Mané que vieram à dobra de Agostinho, desviou a bola com as mãos. Acto contínuo, Agostinho agarrou a bola

vosismo nos seus rapazes, mas concluiu que «se a equipa conseguir abandonar este estado de espírito e manter o mesmo ritmo de jogo, sairiam vitoriosos».

Os visitantes, até então não tinham encontrado o terreno propício para assentar o seu jogo. «A



Júlio Dias, treinador dos Balantas, explicando no intervalo, a tática que lhe valeu quase uma vitória.

com as duas mãos, para o árbitro marcar a falta de Jaime mas este, que não tinha apitado a «mão» de Jaime, não hesitou, ante a surpresa geral, em mandar cobrar uma grande penalidade a Agostinho. Sulai transformou-a, estabelecendo a igualdade (1-1).

O Benfica restabeleceu a vantagem para 2-1 aos 31 minutos de jogo, por intermédio de Boy, numa bem sucedida insistência deste, já dentro da pequena área dos nortenhos.

O segredo da grande movimentação dos encarnados residia na sua linha média, onde Niná, excelente distribuidor e Npinté que foi deslocado da linha dianteira, onde se optou por Pita, cumpriam integralmente o seu papel nesta primeira parte, que terminou com a vantagem encarnada.

Face a esta situação, o treinador do Benfica, Marcelino Cassamá, verificou que reinava um certo ner-

veza nos seus rapazes, mas concluiu que «se a equipa conseguir abandonar este estado de espírito e manter o mesmo ritmo de jogo, sairiam vitoriosos».

Os visitantes, até então não tinham encontrado o terreno propício para assentar o seu jogo. «A

equipa não está a trabalhar como eu quero» — disse-nos Júlio Dias, o treinador, visivelmente preocupado ao intervalo. Mas, como bom observador, ele partiu do princípio

de que um contra ataque, para ser bem sucedido, deve ser construído a partir da defensiva, e recomendou a este sector para assentar as jogadas e redobrar na antecipação, para qua a linha média pudesse fazer o mesmo.

Ao reiniciar-se a partida, o Benfica manteve o domínio do jogo, nos primeiros 15 minutos. Isso alterou e mudou a favor dos Balantas, quando Júlio Dias fez reforçar a linha média com a entrada de Filipe e Luís Martins.

Os Balantas passaram a carregar em todas as frentes com o público a puxar por eles. Daí que, aos 72 minutos de jogo, num lance dentro da grande-área do Benfica, com Zeca e Agostinho a acusarem lentidão na antecipação, Jaime Graça apareceu no seu jeito de «furação» e fez o golo de empate. Os Balantas redobram a pressão, de seguida, e flagelaram a baliza de Abel com remates a meia distância, sem contudo conseguirem alterar o resultado.

FARP, 1 - Bafatá, 0

Golo solitário tranquiliza os farpenses

A primeira parte caracterizou-se por várias investidas de um e do outro lado, mas o ataque pendeu mais para o lado da FARP. No entanto, por falta de avançados que rematassem de fora da área o golo não surgiu. Da parte da equipa militar há apenas a destacar dois ou três remates sem direcção do capitão Claudio.

O golo solitário só surgiu aos 75 minutos numa triangulação à entrada da área, que terminou com um remate frouxo de Mami, que, entretanto, se isolara, violando pela primeira e última vez a baliza contrária.

Este golo varreu toda a aspiração de empate dos homens do leste. O empate seria, aliás, o resultado mais justo.

Durante os primeiros 45 minutos, as equipas jogaram taca a taca procurando as duas

formações o domínio do meio campo. A equipa militar conseguiu uma certa supremacia, mas não tirou proveito disso, devido à escassez de remates. E quando o tentava de dentro da área os defesas bafatenses, comandados por Iaia, dominavam a situação. Neste período, algumas oportunidades foram desperdiçadas de ambos os lados. Entretanto, quando os homens de Bafatá atacavam, faziam-no com os mesmos defeitos das FARP, isto é, sem qualquer tipo de remate de fora da área.

Na segunda parte, as equipas não modificaram o esquema do ataque, preferindo ambos tentar a concretização já dentro da área. E quando todos estavam à espera de um empate, a equipa visitada, FARP, marcou. Os homens do leste carregaram mais no acelerador, mas não conseguiram igualar.

Ténis, 1 - Ajuda, 2

Jogo de bom nível com justo vencedor

Pouco público, futebol de alto nível e um ambiente de disciplina exemplar, são os aspectos mais salientes do jogo Ténis Clube-Ajuda Sport de sábado à noite, no «Lino Correia», que terminou com 2-1 favorável à equipa ajudista.

A partida decorreu numa toada de parada e resposta, com as duas formações a movimentarem-se rapidamente no terreno e a utilizarem de uma maneira extraordinária os espaços vazios.

O Ténis que lograra abrir o activo logo nos minutos iniciais do jogo, por intermédio de Nuno Hélder que, recebendo um passe de um companheiro na zona frontal da baliza, bateu em corrida dois defensores ajudenses e com um pontapé bem colocado, desfeiteou o guarda-redes do Ajuda que tinha saído ao seu encontro.

Passava um pouco mais de meia hora de jogo, quando Babagalé igualou a partida. Um defensor tenista dá luta a Babaga-

lé, mas este consegue levar a melhor e o guarda-redes que se precipitara a abandonar os postes é desfeiteado de seguida, com um remate rasteiro e bem colocado.

A segunda parte foi quase igual em tudo à primeira: movimentação rápida dos jogadores no terreno, bom sentido de jogo, passes de gala, um extraordinário ambiente de disciplina, o Ténis a atacar primeiro e o Ajuda depois. As únicas diferenças foram — um golo

marcado neste período contra os dois do período inicial, e as quatro substituições efectuadas.

O atacante Jorge, que até aí não dera conta do recado, foi substituído por Armindo que transmitiu maior acutilância ao ataque ajudista. Foi assim que aos 75 minutos, num contra-ataque rápido, Zé Herbert, servido muito bem por Beto Pontes, desfez a igualdade, com um pontapé sem hipótese para o guarda-redes tenista.

Novo governo rodesiano não sobreviverá

— afirmou Joshua N'Komo nos EUA

NOVA YORK — Joshua N'Komo, co-líder da Frente Patriótica do Zimbabwe, estima que o novo governo rodesiano do bispo Abel Muzorewa não durará senão alguns meses.

«O que os brancos fizeram não foi senão esconder-se atrás de uma máscara negra», declarou N'Komo, a propósito das recentes eleições rodesianas, numa entrevista concedida na semana passada em Nova York. «O que nós dizemos», prossegue o líder da guerrilha, «é que a máscara negra não poderá sobreviver até ao fim deste ano».

Ao ser interrogado se o regulamento ne gociado está completamente excluído, N'Komo respondeu: «Os generais brancos podem negociar as modalidades de rendição e esses tipos vão em breve sair. Os brancos não vão

continuar a morrer por Muzorewa».

N'Komo desmente mais uma vez, na mesma entrevista concedida a um vespertino americano, por ocasião de uma visita privada aos Estados Unidos, a existência de di-

vergência entre os dois movimentos da Frente



Joshua N' Komo

Patriótica, Zapu, que ele dirige, e a Zanu, de Ro-

bert Mugabe.

«Do mesmo modo que a Zapu, a Zanu, é autêntico movimento lutando pela mesma causa», sublinha N'Komo. Encontrámo-nos há menos de duas semanas e fizemos progressos com vista a consolidar a unidade entre a Zapu e a Zanu.

Sobre a organização das recentes eleições rodesianas e sua legitimidade, o líder da guerrilha afirmou:

«Os que declaram que as eleições se realizaram descrevem na realidade um acontecimento que jamais teve lugar.»

O regime do Primeiro-Ministro Ian Smith «reuniu um grupo de gente nas zonas urbanas após toda a espécie de intimidação e são esses grupos que foram apresentados à Imprensa», prossegue N'Komo. O líder da Frente Patriótica observa ainda sobre o mesmo assunto: «O país vive sob o regime da lei marcial e de estado de emergência. Os jornais favoráveis à Frente Patriótica foram interditos. Que legitimidade se pode atribuir a uma consulta organizada sob o estado de emergência e num país onde reina a lei marcial?» (FP)

Progressivo avanço nas relações franco-guineenses

CONAKRY — As reuniões franco-guineenses estão visivelmente avançadas depois da visita oficial feita a Guiné, de 21 a 22 de Dezembro último, por Valéry Giscard D'Estaing, Presidente da República francesa.

Acordos de cooperação cultural, científica, técnica, económica e sobre as relações financeiras, constam de documentos que devem ser assinados em Junho. Estes acordos constituirão um quadro no qual poderão ser concluídos contratos de realização de projectos entre fábricas francesas e guineenses.

Sem esperar esta «luz verde» diversos trabalhos foram iniciados. Uma equipa de electricidade francesa encontra-se ainda à frente da obra do vale do rio Konkoure, para estudar a realização de uma barragem à qual a Guiné atribui uma importância prioritária.

A energia eléctrica de Konkoure deve permitir à Guiné, rica em bauxite, explorada e explorável, criar uma indústria de alumínio. Um projecto de barragem no rio Konkoure tinha sido elaborado pela França em 1957-1958 mas foi interrompido com a independência da Guiné. A EDF deve estudar sua adaptação às técnicas actuais e remeter em Agosto próximo um relatório sobre os aspectos financeiros do orçamento e terminar em Maio de 1980 um dossier de execução.

Neste momento, a «COGEMA» (francesa) prossegue de helicóptero, ao norte da Guiné, a pros-

peção de urânio. Os indícios parecem encorajadores. Uma primeira sondagem poderá ser efectuada em Novembro.

O mesmo se diz em relação ao petróleo. Um grupo de técnicos está desde 16 de Maio em Conakry para se informar das pesquisas petrolíferas. Recordar-se que uma primeira sondagem «OFF SHORE», tinha sido efectuada em 1977 pela «TOTAL» e por conta da sociedade guineense dos petróleos, a bordo da plataforma «Pelikan».

Na ilha de Conakry, os passageiros que desembarcam desde Dezembro podem ver os trabalhos da empresa de hotelaria «Nord-France» no engrandecimento e renovação do Hotel da Independência que será gerido pela «Novotel». Não longe dali começou uma outra construção de hotel «DJILIBA». Estes dois projectos comportam 30 quartos.

O recrudescimento da colaboração, anunciado recentemente em Paris, teve o seu impacto em Conakry. E no seguimento de



Imagem da visita do Presidente francês Giscard D'Estaing a Conakry

Independentemente desta pesquisa, o Instituto Francês de Petróleo deve enviar em Outubro à Guiné o seu navio «Resolução» para fazer, prospecções nas costas.

uma reunião do bureau político do Partido Democrático da Guiné foi enviada ao Eliseu uma mensagem calorosa a este propósito pelo Presidente Seku Turé.

Inaugurada linha aérea entre Cairo e Tel Aviv

BEERSHEBA, 28 — Um novo «passo» foi dado domingo sobre a via da normalização das relações entre Israel e Egipto, que acordaram abrir as suas fronteiras pela primeira vez, após a criação do Estado sionista. Para concretizar esta decisão, Begin, Sadate e Vance inauguraram a linha aérea directa Cairo-Tel Aviv, a bordo do avião pessoal do Chefe de Estado egípcio.

Tanto em El Arich, onde flutua de novo, desde sexta-feira, a bandeira egípcia, como em Beersheba, o Presidente Sadate efectuou no domingo a sua segunda visita ao solo israelita em dezasseis meses. Os apelos à moderação e ao progresso lançados em nome dos Estados Unidos pelo secretário de Estado, Cyrus Vance parecem ter sido atendidos.

O Presidente Sadate e Menahem Begin felicitaram-se nos seus discursos, pelo desejo de estender uma paz definitiva no Próximo Oriente. Certamente, as medidas anunciadas no domingo são apenas simbólicas. A abertura completa das fronteiras entre os dois países será realizada lentamente e seguir-se-ão as trocas económicas.

Os detalhes práticos ainda ficaram por decidir. Mas, inicialmente, a circulação de reagentes de reagentes selectiva, precisou o ministro israelita da Defesa, Ezer Weizman, que não foi desmentido pelo seu homólogo egípcio, Hassan Ali. A libertação de prisioneiros pa-

lestinianos cujo número não foi precisado, constitui igualmente um gesto que sensibilizou o Egipto. Mas Israel deverá sem dúvida acrescentar muito mais nas negociações sobre a Círcia e a faixa de Gaza para convencer os representantes palestinos a participar nesse processo. O lado americano, mostra-se satisfeito pela posição assumida pelos porta-vozes que prosseguirão os contactos em Junho próximo, em Alexandria.

Certamente, as posições egípcia e israelita mantêm-se muito afastadas, mas a ausência de referência a certos pontos considerados primordiais das negociações deixam transparecer uma vontade de não acelerar o antagonismo. O prosseguimento das negociações demonstrará se o «espírito de paz» reavivado em El Arich e Beersheba durante três dias continuará a manifestar-se. As dificuldades são imensas, mas os Estados Unidos estão decididos a prosseguir o seu papel de parceiro de ambas as partes e a intervir sempre que for necessário.

Entretanto, três barcas da marinha de guerra israelita deixaram Charm el Cheih domingo à tarde e atravessaram o canal de Suez, com destino a Ashdod, transportando veículos e outros equipamentos. Estas foram as primeiras unidades da marinha de guerra israelita a atravessar aquele canal desde a assinatura do «tratado de paz».

ATENTADOS A BOMBAS EM LUANDA

LUANDA — Uma pessoa foi morta hoje e feridas 12 por uma explosão de duas bombas em Luanda na noite de sábado, revelou um comunicado difundido no domingo no capital de Angola.

O comunicado, divulgado pela Direcção de segurança angolana (DISA) precisa que nove crianças de idades compreendidas entre seis e nove anos figuram entre os feridos.

Os engenhos rebentaram por volta das 21 horas locais na Feira Popular de Luanda. Uma das bombas de forte potência explodiu atrás do palco onde actuava uma orquestra e outra dentro dos sanitários da feira.

«Este crime perpetrado por mãos criminosas de contra-revolucionários infiltrados, não ficará impune» afirma o comunicado da DISA. (FP)

UGANDA APELA AOS EMIGRANTES

LUSAKA — O Ministro de Estado ugandês do Negócio Estrangeiros professor Samwiri Karugere, pediu, no domingo, aos emigrantes ugandeses para regressarem ao país assegurando-lhes que eles não seriam objecto de qualquer perseguição.

O Governo provisório acrescentou, não quer «nem castigo, nem vingança, nem perseguição pois nós já os tivemos suficientemente». O ministro de Estado dirigiu-se aos seus concidadãos na Universidade da Zâmbia em Lusaka cujo departamento de História dirigiu durante muito tempo.

ETA REIVINDICA ATENTADO

MADRID — O ramo militar da organização separatista basca «ETA» reivindicou o atentado perpetrado no sábado em Madrid contra um café no qual se registaram oito mortos e quarenta feridos.

Um correspondente anónimo reivindicou o atentado num apelo telefónico ao jornal de Pamplona «A Voz de Navarra». O correspondente declarou simplesmente: «O ramo militar da ETA reivindicou o atentado de Madrid contra o café «California 47». No entanto não tem sido hábito da ETA reivindicar acções similares a esta (AFP).

"Africa Livre" vence festival musical do BNG

O conjunto musical «África Livre» ganhou na noite de anteontem, 2.500 pesos atribuídos como primeiro prémio do festival musical, organizado pelo Centro de Formação do BNG, em saudação ao Ano Internacional da Criança.

Muito público constituído na sua maioria por jovens. Vários membros do Governo assistiram ao festival no recinto de jogos daquele Centro. Estavam em competição três conjuntos, constituídos só por miúdos «África Livre» que já cativaram muitos amantes da música, os «Lacarães» cuja fama esteve em vaga há dois anos aproximadamente, mas que andou afastado do público e quase inactivo e o «Banguiné» (mini conjunto do BNG), que está, ainda, à procura do seu melhor.

O «África Livre» totalizou 186 pontos (48 na primeira música, 47 na segunda, 44 na terceira e 47 na última), contra 180 dos Lacarães segundo classificado (39 pontos na primeira canção, 31 na segunda, 49 na terceira e 43 na quarta) e também contra 148 pontos do Banguiné, último classificado, que arrancou a seguinte pontuação na sua actuação: 36 pontos na primeira música, 35 na

segunda, 37 na terceira e 40 na última.

Ao «Lacarães» foi atribuído um prémio no valor de 1500 pesos e ao Banguiné outro prémio no valor de 1000 pesos.

Os rapazes do «Lacarães» não ficaram satisfeitos e houve um deles que disse mesmo que foi «sabotagem». Está claro que nessas coisas ou as culpas são atribuídas aos júris ou então os técnicos de som é que são vítimas. Bem, neste festival, as vítimas foram os componentes do consagrado conjunto «Mama Djombo», agrupamento que esteve a animar o público antes do começo e depois do festival e cuja aparelhagem foi utilizada no acto. Como conhece melhor os segredos dos seus instrumentos, os rapazes do «Mama Djombo» resolveram prestar assistência técnica ao longo das actuações dos três conjuntos.

Os jovens «Lacarães» queixaram-se de os aparelhos terem apresentado deficiências ao longo da sua actuação e que essa anomalia fora provocada pelos músicos do «Mama Djombo», o que nos parece francamente injusto.

Aliás, estamos certos de que os rapazes do «Lacarães» a estas horas, já mais calmos, concor-

dam com a escolha e foram, quem sabe (?) pedir desculpas ao «Mama Djombo». Estes três conjuntos provaram merecer

a confiança que neles depositamos, de virem no futuro, a ser os verdadeiros músicos da nossa terra.

Fantoche africano Presidente da Rodésia

A farsa eleitoral da Rodésia racista está a completar-se com a eleição, ontem, do primeiro «Presidente» negro do chamado novo Estado do Zimbabwé-Rodésia. Segundo a France Press, o novo Presidente do Zimbabwé-Rodésia, Josiah Gumede, que prestará juramento hoje em Salisbúria, encarregará imediatamente o primeiro-ministro, o bispo Abel Muzorewa, de formar o novo Governo considerado de «maioria» negra. Este governo deverá contar com cinco ministros brancos que assumem as pastas «técnicas» enquanto os seus colegas africanos e fantoches assegurarão os ministérios políticos.

Gumede, que pertence à tribo minoritária n'debelé do sul

do país, foi eleito pelo senado e pela Câmara Baixa, reunidas num colégio eleitoral em Salisbúria.

O seu único adversário foi Thimoty Ndhlovu, de 63 anos de idade, um responsável local que foi designado pelo Partido Federal Nacional Unificado (UNEP) do chefe Ka Isa Ndiweni.

Os seus dez anos como oficial da polícia em Bulawaio, cidade africana do sul e o facto de não pertencer a nenhum partido político, valeiram-lhe, provavelmente, a ascensão à presidência, desse regime mascarado de maioria negra, de cujo fim se encarregarão os guerrilheiros da Frente Patriótica.

Sangue e violência agitam a Espanha

A Espanha viveu horas terríveis neste fim de semana, marcado com diversos atentados terroristas que culminaram na morte de 17 pessoas, entre elas três oficiais do exército. O atentado à bomba, cometido sábado à noite no centro da cidade de Madrid, que provocou oito mortos e 40 feridos, acresceu ao clima de insegurança que reinava na capital espanhola após o assassinato, sexta-feira, de três oficiais e de um soldado por um comando da organização separatista basca — ETA.

Medidas policiais excepcionais tomadas em todas as capitais de província, em particular Sevilha (Andaluzia), onde o rei Juan Carlos devia presidir a um importante desfile militar por ocasião do Dia das Forças Armadas. Todas as autoridades civis e militares estiveram presentes a esta manifestação com excepção do Presidente Adolfo Suarez que regressou urgentemente a Madrid, na noite de sábado para domingo, para seguir, minuto a minuto, os últimos elementos do inquérito.

Cimeira da CEDEAO em Dakar

(Continuação da 1.ª pág.)

Senghor do Senegal, Siaka Stevens da Serra Leoa, Frederick Akuffo do Ghana, Obasanjo da Nigéria, Dawda Jawara da Gâmbia, William Tolbert da Libéria, Houphouët Boigny da Costa do Marfim, Seiny Kountché do Níger, M. Kerekou do Benin, Yadema do Togo e Lamizana do Alto-Volta.

A Mauritânia não se faz representar como é compreensível enquanto que o Presidente Sekou Touré está a ser representado pelo seu Primeiro-Ministro Lansana Beavogui.

A sessão inaugural começou pela leitura — feita pelo presidente Senghor, de elogio fúnebre ao tenente coronel Hamed Ould Bouceif, 1.º Ministro da Mauritânia que faleceu no domingo em Dakar quando o avião em que viajava caiu ao mar, ao largo da capital senegalesa, onde devia tomar parte da cimeira da CEDEAO.

Em seguida o chefe de Estado senegalês «presidente em exercício da CEDEAO» pronunciou um discurso de boas vindas, no qual insistiu na importância da integração económica e social da sub-região oeste africana e da necessidade da paz e da segurança, tendo a este respeito proposto o estabelecimento «de um verdadeiro pacto de solidariedade oeste-africano para nos prevenir de agressões externas».

Segundo o Presidente Senghor, este pacto juntar-se-ia ao acordo de

Não-Agressão assinado em Lagos em 1977. «Tal tratado revela-se de evidente necessidade, na medida em que a cooperação e integração económica supõe a interdependência e realização de obras comuns que convém preservar», sublinhou o Presidente senegalês. Em resposta o Presidente cessante, general Obasanjo, chefe de Estado da Nigéria, salientou os acordos de Lagos que fixaram o prazo de um ano para tornar efectiva a consolidação e, lançar as bases da liberalização das trocas comunitárias.

Seguiu-se uma sessão, onde os participantes se debruçaram sobre um «programa prioritário» preparado pelo Conselho de Ministros e que consta nomeadamente dos seguintes pontos: A livre circulação de pessoas e o problema de quadros de que a CEDEAO carece.

Evocar-se-à provavelmente a questão de um pacto de defesa.

A noite, os participantes jantaram em privado.

O Presidente Luiz Cabral ofereceu um jantar à nossa delegação no qual esteve presente o Secretário de Estado senegalês para a Juventude e Desportos, François Bob. Os trabalhos começam hoje às 10 horas, terminando na quarta-feira. A delegação de Cabo Verde integra além do camarada Aristides Pereira, os camaradas Herculano Vieira, Ministro dos Transportes e Osvaldo Lopes da Silva, Ministro da Economia.

1º Ministro da Mauritânia

(Continuação da 1.ª página)

mento e dos Transportes para ocupar interinamente o cargo provisório de Primeiro-Ministro de acordo com a Carta Constitucional e na qualidade de segundo-vice-presidente do C.M. S.N., do qual o coronel Bousseif era primeiro-vice-presidente, diversas mensagens de condolências continuam a chegar a Nouackchott, nomeadamente do Primeiro-Ministro de Marrocos, do Presidente da Argélia, da Guiné-Conakry e da Tunísia. Na sua alocução radiodifundida, o Chefe de Estado mauritaniano declarou que o Comité Militar de Salvação Nacional investia o Governo de todas as competências necessárias para tomar as medidas práticas decorrentes do «doloroso acidente».

O jornal quotidiano senegalês «Soleil», num editorial do seu director, classificava o trágico acidente de «um rude golpe que o destino deu à Mauritânia» e referia-se às qualidades do Chefe do Governo falecido não só no plano interno, sobretudo na conquista da paz e da unidade nacional e, no externo, de manter e consolidar a paz com os vizinhos, tendo sempre manifestado a favor da resolução do problema do Sahara Ocidental, através do respeito das resoluções da ONU sobre aquele território.

Bousseif, considerado o homem forte do novo regime

mauritaniano, nasceu em 1934 em Kiffa, cidade situada no centro do país. Depois da sua entrada ao serviço da armada nacional, em 1962, fez vários estágios de formação militar em França, nomeadamente na escola de aplicação de armas blindadas e da cavalaria e a escola de aplicação da infantaria de Saint-Maixent. Ocupou diversas funções administrativas e militares de primeiro plano. Primeiramente prefeito numa região do extremo-Norte do país, depois governador-adjunto da região de No Ajhibo, assumiu o cargo de Governador em Derik, perto da fronteira Este.

Chefe da Unidade da Região Militar em quase toda a Mauritânia, então comandante, é nomeado Chefe de Estado-Maior pelo Presidente Moucktar Ould Dada em Outubro de 1976. Em seguida passa a cabeça da segunda região militar, a leste do país, particularmente conhecida pelos ataques cada vez mais frequentes da Frente Polisário. Alguns meses antes da queda do antigo presidente, foi nomeado comandante da quinta região militar (Nema) no extremo sudeste do país. Depois do golpe de Estado a 10 de Julho de 78, foi nomeado ministro da Pesca e da Economia Marítima, cargo que ocupou até Abril deste ano, quando se tornou Primeiro-Ministro.

Resolução geral da ANP

(Continuação das Centrais)

uma comissão constituída por três conselheiros por região, para a realização desse recenseamento.

11. Descentralização e maior autoridade para os Poderes Locais; estudo e envio de comentários pelos comités de Estado regionais ao Comissário de Estado do Interior sobre o Estatuto Orgânico das regiões.

12. Considerar o regulamento das Comissões do Conselho da Cidade de Bissau como elemento de trabalho na criação de Comissões de Trabalho nos Conselhos Regionais.

13. Taxas da Junta Autónoma dos Portos. Revisão das Taxas, forma de cobrança e das situações em que se podem aplicar nos diversos portos do País.

14. Implantação de serreações de madeira no Sul

do País. Estudar com o CERN as regras pelas quais se deva processar o corte de madeira.

15. Pagamento de impostos diversos. Criação de uma Comissão para o seu estudo e revisão das taxas e impostos a pagar ao Estado.

16. Povoamento dos locais, áreas e regiões menos povoadas, como a Ilha de Caravela e a Região de Boé, com indivíduos que vivem nas cidades, em especial Bissau, na situação de desempregados ou sub-empregados.

17. Obrigatoriedade de Registo e Construções Urbanas e dos Contratos de arrendamento que possam constituir fontes de receitas para o Estado.

18. Ocupação profissional dos recursos.

19. Criação de uma comissão de estudo para a alteração do regime de pagamento de subsídio

aos órfãos de guerra. Insitucionalização desse regime.

20. Criação de uma legislação sobre a cerimónia do fanado. Constituição de uma Comissão integrada pelos Comissários de Estado do Interior, Saúde e Assuntos Sociais, Educação e Desenvolvimento Rural.

21. Criação de uma Comissão para o estudo da introdução da língua árabe no ensino oficial do país. Encarregar o Conselho de Estado dessa matéria.

22. Autoconstrução de estrada nas regiões pelos habitantes de cada tabanca, numa extensão mínima de 10 quilómetros.

23. Estudar a forma de diminuir o número de serreações no Norte do País, face ao fenómeno de desertificação, a cargo do CERN.

24. Proclamar como

uma das actividades prioritárias do nosso Governo a problemática de águas e das florestas.

25. Reconsiderar a verba consignada no Orçamento de Funcionamento destinada ao C.E.R.N.

A Assembleia Nacional Popular ainda recomendou ao Governo a criação das seguintes Comissões:

1 — Para a Revisão da Constituição da República da Guiné-Bissau.

2 — Para as questões da Consesção e Ocupação de Terrenos.

3 — Para Revisão da Lei das Queimadas.

4 — Para a Revisão de Impostos e Taxas Diversas.

5 — Para o Estudo da Alteração do Regime de pagamento de Subsídio aos órfãos de guerra.

6 — Para Legislação sobre a Introdução da Língua árabe no Ensino Oficial do País.